

Marcelo Neri

Meu último artigo aqui fez um retrospecto das principais mudanças dos movimentos no bolso dos brasileiros durante o período da crise em termos macro (a floresta, ou seja, a sociedade brasileira como um todo), meso (os bosques, isto é, setores específicos como indústria x financeiro, capitais x periferias etc.) e micro (as árvores, leia-se a mobilidade de cada pessoa).

Olhando para os grandes da floresta tupiniquim na crise, começamos janeiro de 2009 com forte deterioração de todos os indicadores baseados em renda *per capita* seguida de paulatina recuperação de tal sorte que terminamos o ano num nível similar ao do anterior. Este empate com muitos gols acontece para uma vasta gama de indicadores: média (-0,3%) e

desigualdade de renda (0%), participação das classes AB (2%), C (-0,4%), D (1,4%) e E (-1,5%), este último equivalente a proporção de pobres.

Apesar da restrição da cobertura geográfica e de fontes de renda dos dados ao trabalho nas seis principais metrópoles brasileiras, a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) é um bom predictor da Pesquisa Nacional de Amostras ao Domicílio (PNAD). Esta aderência não se deve apenas por cobrir 80% das rendas da PNAD, mas pelo fato do rendimento de programas sociais e da aposentadoria ter acompanhado de perto nos últimos anos o *boom* trabalhista. A PME permite, a partir de amostras de mais de 100 mil entrevistados a cada mês, antecipar em 18 meses a divulgação das estatísticas pnadianas.

Inflexão

Volto à análise da conjuntura social por causa da inflexão observada nas estatísticas deste ano. Ao compararmos fevereiro de 2010 com fevereiro de 2009 encontramos resultados bastante distintos ao confrontar dezembro de 2009 e dezembro de 2008, apesar de haver sobreposição de dez meses nas séries cotejadas. Conforme o gráfico 1 demonstra, voltamos ao ritmo de melhora das séries expressas em termos de crescimento anualizado, similar ao do período pré-crise compreendido entre dezembro de 2002 e dezembro de 2008. Senão vejamos: a classe E cai num ritmo um pouco maior agora (-8,7% contra -8,2%), assim como a classe D que desce mais (-4,9% contra -2,39%). Olhando para o topo da distribuição, a classe C sobe a

uma velocidade menor (2,4% contra 3,8%), mas a classe AB registra queda mais rápida (7,2% contra 4,2%).

Ou seja, saímos do marasmo da crise para o ritmo da pequena grande década ocorrida entre 2003 e 2008. Se colocarmos a comparação entre janeiro de 2009 e 2010, com 11 meses de sobreposição com as outras duas de dezembro de 2008 e 2009 e fevereiro de 2009 e 2010, ela se parece mais com a última. Toda diferença provém de trocar a passagem entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 quando a crise chegou com a força de uma ressaca as nossas séries pela de dezembro de 2009 para janeiro de 2010. Neste sentido estamos completando um ano depois dos efeitos da instabilidade

partirem do bolso do brasileiro. Recém-completamos o Ano I depois da crise (d.c.).

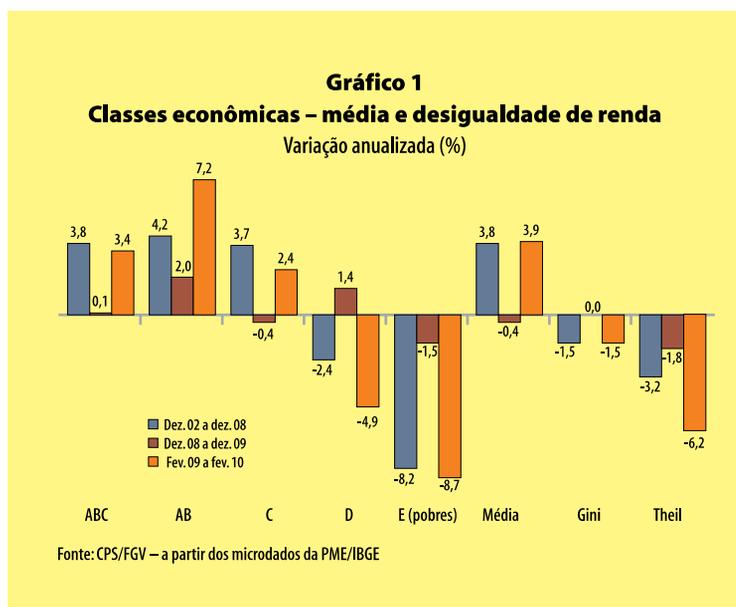
Ressaca

A crise não foi nem marolinha, nem tsunami, mas ressaca tão forte quanto passageira. Do estouro da crise lá fora em 15 de setembro de 2008 até a chegada nas séries da PME demorou três meses e meio, defasagem similar ao do advento da crise asiática de setembro de 1997 às mesmas séries. A diferença é que o efeito da última persistiu por cinco anos em nossas séries e o da crise recente começou a ser revertido um mês depois.

Mas o que explica a melhora recente? A similaridade dos movimentos agregados da

A crise internacional, iniciada em fins de 2008, não foi nem marolinha, nem tsunami, mas ressaca tão forte quanto passageira

média e da desigualdade dos últimos 12 meses com o anterior são ainda mais próximas. A renda *per capita* que sobe 3,9% nos últimos 12 meses contra 3,8% do período pré-crise. A desconcentração de renda medida pelo índice de Gini varia os mesmos -1,5% nos dois períodos. O índice de Gini piorou em janeiro de 2009 (+2,5%) e depois cumpriu à risca o *script* de empate com variação nula de dezembro 2008 a dezembro 2009, sofre variação de -1,5% na comparação dos últimos 12 meses em ritmo idêntico a de -1,5% ao ano do *boom* anterior, conhecido como da queda da desigualdade brasileira.



O ano da crise,
2009, registrou
uma parada
súbita, mas todos
indicadores
já voltaram a
crescer ao ritmo
pré-crise 2003 a
2008

Como cada medida de desigualdade encerra julgamento de valor específico associado à função bem-estar social da qual ela é derivada, convém checar a robustez dos resultados. O índice de Theil-T, mais sensível a mudanças ocorridas na cauda inferior da distribuição de renda, cai 3,2% ao ano entre dezembro de 2002 a dezembro de 2008, enquanto de fevereiro de 2009 e 2010 baixa para 6,2%, indicando aceleração da queda de desigualdade. Este ponto merece destaque, pois talvez a maior inovação brasileira na década passada foi a desconcentração da renda. Os dados do período pós-crise sugerem continuidade

desta tendência equalizadora de resultados de renda.

Educação

A fim de detalhar o papel da evolução da educação neste processo, usamos uma metodologia do tipo lego que divide (e integra) em pedaços os diversos elementos clássicos trabalhistas na evolução da média da renda do trabalho da média da população e dos 20% mais pobres, a fim de captar os efeitos distributivos. Usamos como referência o período de 2003 a 2008 que é o de redução da desigualdade brasileira com volta do crescimento, que denominamos, em artigo recente publicado neste espaço, de pequena grande década. Usamos a população em ida-

de ativa medida pela PNAD. O primeiro passo é medir quanto mudou a renda média dos indivíduos: 5,52% ao ano da média contra 9,22% do quintil mais pobre. O segundo é decompor em pedaços o papel desempenhado por cada ingrediente trabalhista. Nos dois casos, a educação desempenha papel central, explicando 42,7% do crescimento da média de renda contra 58,8% nos mais pobres.

O restante é explicado por mudanças na taxa de desemprego (1,02%; 1,4%), na taxa de participação no mercado de trabalho (0,82%; -0,21%), na jornada de trabalho (-0,5%; -0,79%), no retorno da educação (1,48%; 1,73%) e pela renda de aposentadorias e programas sociais (0,12%;

Gráfico 2
Média dos anos completos de estudo
População com 25 anos ou mais de idade



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

1,49%). Só pelo efeito direto emanado pelo aumento da escolaridade, a renda média deveria subir 2,23% ao ano e na dos mais pobres cresceria 5,22% ao ano, isto só pelo efeito educacional.

Complementarmente, a análise da importância da variável anos completos de estudo sobre a variação de renda não deixa dúvidas. Em 2008, o poder explicativo líquido só da variável educação é 14,7% maior do que a soma de outros atributos como gênero, idade, raça, migração e geografia. Em 2001, esta mesma estatística era ainda maior (48,7%) e esta queda indica o papel do aumento da escolaridade sobre a queda de desigualdade de renda observada no período. Desculpem-me

os céticos, mas educação é fundamental.

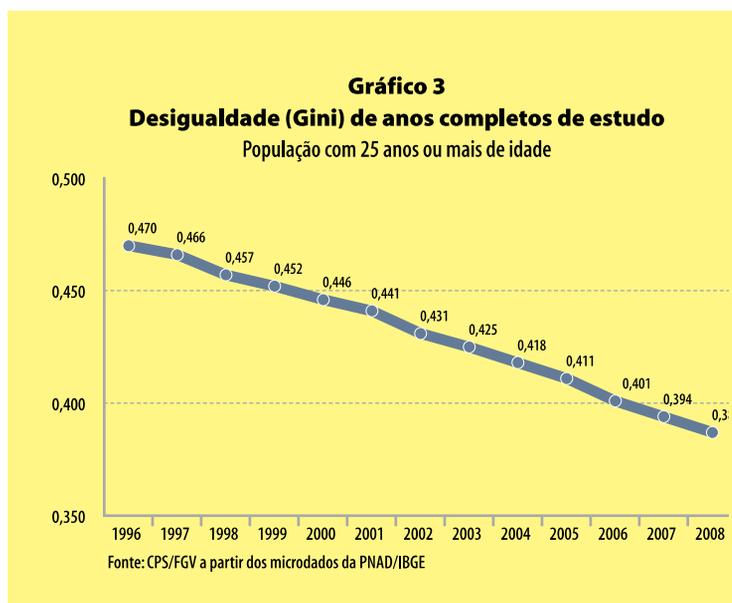
Futuro

Agora, se educação é fundamental, o que esperar dela no futuro? As séries de nível e desigualdade de anos de escolaridade plantadas no passado, constituem os melhores previsores da distribuição de renda disponíveis. Estes dados sugerem colheitas de resultados trabalhistas mais equânimes no futuro, conforme ilustram os gráficos 2 e 3:

Ainda aos céticos pelo baixo nível da quantidade e da qualidade educacional brasileira e pela alta desigualdade ainda vigente: o que importa ao crescimento são as melhorias obtidas. A única vantagem de

Estamos para experimentar a desigualdade mais baixa de todas as nossas séries históricas que se iniciam no Censo de 1960

um país distante das fronteiras de equidade e de eficiência é a capacidade de progredir, sem dilemas. Estamos para experimentar o nível mais baixo de desigualdade de nossas séries históricas que se iniciam com o Censo de 1960. À luz das evidências internacionais, temos ainda marcada insuficiência educacional e um excesso de desigualdade, sem dúvida, mas aí justamente reside o nosso diferencial de capacidade de fazer melhorar a vida dos brasileiros. ▣



Marcelo Neri – Centro de Políticas Sociais e Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (mcneri@fgv.br)